



■ Presidente **p.2**

O Primeiro-Ministro em Berlim - "Preservar a credibilidade e a confiança"



■ PSD **p.10**

Jorge Moreira da Silva em Mafra - "Honrar o trabalho de José Ministro dos Santos"

POVO LIVRE



nº 1790

10 de Julho de 2013

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

"Um acordo sólido e abrangente" para governar Portugal



Delegações do PSD e CDS-PP reuniram em Lisboa

Governo **p.9**

Comunicado do Conselho de Ministros de 4 de Julho de 2013

Locais **p.12**

Inaugurada a ligação directa entre Porto e Vigo

O Primeiro-Ministro em Berlim

“Preservar a credibilidade e a confiança”



No dia 3, logo após ter feito a comunicação ao País que se seguiu ao pedido de demissão de Paulo Portas, o Primeiro-Ministro, como estava previsto, não desistiu nem adiou a sua viagem a Berlim, para participar na conferência europeia sobre emprego, participação que decidiu manter apesar do ambiente de crise governativa e que justificou pela necessidade de preservar a “credibilidade” e “confiança” internacionais de Portugal.

Na conferência de Berlim sobre emprego estiveram presentes os principais responsáveis das instituições da União Europeia, assim como vários chefes de Estado e de Governo de Estados-membros, casos da chanceler alemã, Ângela Merkel, e do presidente francês, François Hollande.

Pedro Passos Coelho anunciou que decidira manter a sua agenda como líder do executivo, incluindo a sua presença na conferência de Berlim, na declaração que fez ao País na terça-feira, ao início da noite.

Nessa declaração ao país, Pedro Passos Coelho frisou que não se demitiria do cargo de Primeiro-Ministro, manifestou-se surpreendido com o pedido de demissão do ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Paulo Portas, e adiantou que iria procurar com o CDS, parceiro da coligação governamental, garantir as condições de estabilidade do executivo. (Leia texto completo nesta página)

Por razões de “credibilidade e confiança” de Portugal no contexto internacional, Passos Coelho referiu então que manteria a sua participação no encontro de Berlim, onde disse que continuará “a lutar pelos interesses de Portugal”.

Pedro Passos Coelho esteve na capital alemã pouco mais de cinco horas. Ao início da tarde chegou à conferência sobre o fomento e o emprego jovem, dando

depois uma conferência de imprensa por volta das 16:30 horas (hora de Portugal).

Esta conferência sobre emprego jovem surgiu de uma iniciativa política dos governos francês e alemão, ambos alarmados com as elevadas taxas de desemprego entre os jovens da União Europeia.

Um primeiro passo concreto para a concretização desta estratégia franco-alemã foi dado na última cimeira de chefes de Estado e de Governo da União Europeia, na qual foi aprovado um programa de combate ao desemprego jovem que envolverá seis mil milhões de euros, verba que será aplicada em 2014 e 2015 e que poderá aumentar a médio prazo para os oito mil milhões de euros.

Neste programa, Portugal deverá receber cerca de 150 milhões de euros, montante que se junta a outros 150 milhões de euros já existentes no âmbito da iniciativa “Impulso Jovem”.

Sobre estas iniciativas de âmbito nacional e europeu para a promoção do emprego jovem, Pedro Passos Coelho defendeu que não é por falta de financiamento que programas como o Impulso Jovem estão “aquém das expectativas”, considerando que é necessário que haja interesse das empresas em adoptá-los.

O primeiro-ministro sustentou depois que é necessário que as empresas vejam “interesse nestes programas” para poderem adoptá-los, interesse que disse depender de dois factores: Existência de uma “melhor perspectiva de financiamento” e confiança nos “resultados da política económica e, portanto, na recuperação da economia”.

À chegada, o Primeiro-Ministro português, conversou alguns minutos com chanceler alemã, Ângela Merkel, no momento em que chegou à conferência europeia sobre fomento do emprego, que se realizou nessa tarde em Berlim.

Pedro Passos Coelho entrou na chancelaria do executivo Federal da Alemanha por volta das 14:00 horas (locais) e tal como os restantes chefes de Estado e de Governo da União Europeia, foi recebido à chegada por Ângela Merkel.

No entanto, ao contrário dos restantes homólogos europeus, além do cumprimento formal, Pedro Passos Coelho ainda falou alguns minutos com a chanceler alemã.

Minutos depois foi a vez de o presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, chegar à conferência e também ele parou diante de Ângela Merkel e trocou algumas palavras com a chanceler alemã.

Apesar do ambiente de crise governativa em Lisboa, o Primeiro-Ministro afirmou na terça-feira à noite, durante a sua comunicação ao país, que manteria a sua agenda como líder do executivo.

Invocando a necessidade de preservar a “credibilidade” e “confiança” internacionais do país, o primeiro-ministro tinha referido, ainda em Lisboa, que manteria a sua presença na conferência europeia sobre fomento do emprego em Berlim.

Na conferência sobre emprego estiveram presentes 19 chefes de Estado e de Governo da União Europeia e os principais responsáveis da Comissão Europeia (Durão Barroso), Conselho Europeu (Herman Van Rompuy), Parlamento Europeu (Martin Schulz) e Banco Europeu de Investimentos (Werner Hoyer).

A conferência foi impulsionada pela chanceler Ângela Merkel e pelo presidente da França, François Hollande, com o objectivo de a União Europeia mobilizar recursos financeiros para combater o elevado desemprego jovem.

Na última cimeira europeia foi já aprovado um pacote de investimentos na ordem dos seis mil milhões de euros, que serão aplicados em 2014 e 2015.

Por via deste pacote financeiro, Portugal poderá vir a receber nos próximos dois anos mais 150 milhões de euros para programas de empregabilidade jovem.

Algumas reacções e comentários

À margem da conferência, registaram-se algumas reacções e comentários à situação que se vivia, então, em Portugal, tendo o porta-voz do executivo alemão, Steffen Seibert, afirmado que o Governo alemão está “confiante” de que Portugal irá prosseguir com as reformas acordadas com os credores internacionais.

“O Governo [alemão] está confiante que Portugal irá continuar com as reformas acordadas”, disse o porta-voz, em declarações aos jornalistas, descrevendo ainda os esforços de Lisboa para superar a crise como “impressionantes”.

O porta-voz do executivo alemão reagiu desta forma à actual crise política em Portugal, após a demissão de Vítor Gaspar, do Ministério das Finanças, e de Paulo Portas, líder do CDS-PP, parceiro da coligação governamental.

O primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, tinha feito, na terça-feira à noite, uma declaração ao País, após a apresentação da demissão de Paulo Portas, de ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.

Passos Coelho frisou que não se demitiria do cargo de Primeiro-ministro, manifestando-se surpreendido com o pedido de demissão do ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.

Na mesma intervenção, o chefe do Governo adiantou que iria procurar com o CDS, parceiro da coligação governamental, garantir as condições de estabilidade do executivo.

O Primeiro-Ministro que falava em conferência de imprensa, em Berlim, após ter participado na conferência europeia sobre emprego, tendo ao seu lado o ministro da Economia, Álvaro Santos Pereira, afirmou que tinha expressado, à tarde, aos chefes de Governo e de Estado da União Europeia, uma mensagem de confiança sobre a capacidade de Portugal ultrapassar as dificuldades políticas que afectam o seu executivo de coligação.

“Foi importante ter mantido a minha presença na conferência sobre emprego porque tive a oportunidade de comunicar aos chefes de Governo e de Estado presentes de que há confiança na capacidade de Portugal ultrapassar as dificuldades políticas”, declarou o líder do executivo português.

Pedro Passos Coelho adiantou que os chefes de Estado e de Governo europeus encaram a actual situação política portuguesa com “apreensão”.

“Recebi de todos, sinais de encorajamento”, frisou o primeiro-ministro.

Na conferência sobre emprego estiveram presentes 19 chefes de Estado e de Governo da União Europeia e os principais responsáveis da Comissão Europeia (Durão Barroso), Conselho Europeu (Herman Van Rompuy), Parlamento Europeu (Martin Schulz) e Banco Europeu de Investimentos (Werner Hoyer).

A conferência europeia sobre emprego foi impulsionada pela chanceler Ângela Merkel e pelo presidente da França, François Hollande, com o objectivo de a União Europeia mobilizar recursos financeiros para combater o elevado desemprego jovem.

Na última cimeira europeia já tinha sido aprovado um pacote de investimentos na ordem dos seis mil milhões de euros, que serão aplicados em 2014 e 2015.

Passos Coelho, o fundamental e o acessório

Ainda na conferência de imprensa, após ter participado na conferência europeia sobre emprego em Berlim, o Primeiro-Ministro advertiu que os portugueses não compreenderiam que “meras” divergências em torno de “preferências” sobre nomes de ministros abrissem uma crise política, impedindo o País de cumprir o programa de assistências financeira.

Interrogado sobre a actual situação interna do seu executivo, o Primeiro-Ministro defendeu a tese de que “os portugueses não perceberiam que, por meras preferências quanto a nomes para pastas do Governo, se colocasse em risco tudo aquilo que foi feito ao longo dos últimos dois anos e, sobretudo, que se pusesse em risco a possibilidade de fechar o Programa de Assistência



Económica e Financeira”.

Depois desta alusão indirecta ao facto de o ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Paulo Portas, também presidente do CDS, ter contestado a nomeação de Maria Luís Albuquerque para substituir Vítor Gaspar na pasta das Finanças, Passos Coelho deixou uma nota de esperança na resolução das questões internas dentro do seu Governo.

“Face a estas circunstâncias, não posso deixar de expressar a minha convicção de que será possível encontrar dentro da coligação [PSD/CDS] as condições que são necessárias para garantir a estabilidade”, disse.

Neste ponto, o Primeiro-Ministro dramatizou uma eventual crise política e declarou não acreditar que o País “esteja interessado em saber qual é o resto do filme”, por não ter havido uma solução rápida para o actual impasse político.

“Ao contrário do que alguns dizem, temos vindo a obter uma posição favorável junto dos mercados financeiros - posição que está bem atestada pelo facto de as nossas taxas de juro estarem a subir fortemente em contraciclo com os de outros países da periferia, o que significa que os mercados estão claramente a penalizar Portugal por esta incerteza. Julgo que está nas nossas mãos resolver o problema desta incerteza”, insistiu Passos Coelho.

O Primeiro-Ministro defendeu que os portugueses estão mais “assustados” com a hipótese de eleições antecipadas, com a incerteza sobre a continuidade da ajuda externa, do que com o fecho do programa de assistência financeira, e com a possibilidade de terem eleições, sem saberem o que poderá resultar disso, não sabendo sequer se poderão dispor de apoio externo como têm tido até hoje”.

Os portugueses, segundo Passos Coelho, estão seguramente mais preocupados com o cenário atrás descrito “do que com a possibilidade de o Governo fechar o Programa de Assistência Económica e Financeira e de termos enfrentar as dificuldades que ainda há pela frente”.

“Temos ainda muitas dificuldades pela frente e precisamos de ser enfrentadas”, assentou, referindo-se depois aos partidos da coligação governamental.

“Até hoje, apesar de todas as diferenças, PSD e CDS, os partidos da coligação governamental, têm conseguido colocar o interesse nacional à frente de todas as pequenas divergências, que são naturais entre duas forças políticas diferentes. PSD e CDS têm mostrado a Portugal que a maioria funciona, tendo Portugal conseguido da

‘troika’ avaliações positivas e a correcção de desequilíbrios macroeconómicos. Não é agora que vamos pôr isso tudo em causa. Isso não seria compreensível. Não me conformo com essa situação”, salientou o líder do executivo.

Perante a insistência dos jornalistas na possibilidade de o CDS se afastar do Governo, o Primeiro-Ministro respondeu: “Estou empenhado em encontrar uma solução política que permita manter Portugal no caminho que tem sido apreciado pelos parceiros europeus e pelos nossos credores externos”, disse.

A escolha de Maria Luís Albuquerque

O primeiro-ministro defendeu também a escolha de Maria Luís Albuquerque para ministra das Finanças, alegando que “inspira confiança” nas instituições europeias, e frisou que a saída de Paulo Portas do Governo se coloca num plano “estritamente político”.

“Creio que a substituição [de Vítor Gaspar] por Maria Luís Albuquerque foi bastante bem acolhida por todos os nossos parceiros externos e, em particular, junto das instituições europeias”, declarou Pedro Passos Coelho em conferência de imprensa no final da conferência europeia sobre emprego. A escolha de Maria Luís Albuquerque para substituir Vítor Gaspar como ministra das Finanças, foi um dos motivos que esteve na origem do pedido de demissão de Paulo Portas do lugar de ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.

Nas respostas aos jornalistas, Pedro Passos Coelho fez uma separação entre a questão da escolha de Maria Luís Albuquerque para substituir Vítor Gaspar e o pedido de Paulo Portas para sair do executivo.

“Maria Luís Albuquerque não só foi, até agora, uma parte bastante relevante da equipa que tem estado no processo [de ajustamento financeiro] dentro do Governo, mas é também a pessoa que mais de perto conduziu a estratégia bem-sucedida de regresso de Portugal a mercado. É uma pessoa que é bem conhecida das instituições europeias e que inspira confiança”, sustentou o líder do executivo.

Já sobre a saída de Paulo Portas do cargo de ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Passos Coelho disse que “é uma questão que se coloca num plano completamente diferente, que é estritamente político”.

“Espero que seja possível ultrapassar essa questão muito rapidamente”, acrescentou. – Fontes: Lusa, Diário Económico, Audiovisuais PSD

“Um acordo sólido e abrangente” para governar Portugal

As direcções do PSD e do CDS-PP tiveram uma reunião no sábado ao final da tarde, na sequência da qual foi feita uma declaração, do primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho.

Esta reunião dos dois partidos da actual coligação governamental aconteceu depois de na sexta-feira, ao final da tarde, o Primeiro-Ministro e presidente do PSD ter apresentado ao Presidente da República “o entendimento político alcançado com o líder do CDS-PP”, Paulo Portas.

Paulo Portas pediu a demissão de ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros depois de Vítor Gaspar se ter demitido de ministro de Estado e das Finanças, e ter sido substituído por Maria Luís Albuquerque, alteração na composição do Governo PSD/CDS-PP que foi divulgada na segunda-feira.

Numa nota divulgada na terça-feira à tarde, cerca de uma hora antes da posse da nova ministra e dos respectivos secretários de Estado, Paulo Portas anunciou essa decisão, justificando-a com o facto de o primeiro-ministro ter optado pelo que considerou ser um “caminho de mera continuidade no Ministério das Finanças”, apesar da sua discordância, que referiu ter “atempadamente” comunicado.

Na terça-feira à noite, Pedro Passos Coelho fez uma declaração ao País em que manifestou surpresa pela decisão de Paulo Portas, defendeu ser “precipitado” aceitar esse pedido de demissão e afirmou que iria manter-se como Primeiro-Ministro e clarificar as condições de apoio ao Governo de coligação com o CDS-PP.

Na quarta-feira, a Comissão Executiva do CDS-PP mandou o presidente do partido, Paulo Portas, para se reunir com o presidente do PSD e primeiro-ministro com o objectivo de encontrarem “uma solução viável para a governação em Portugal”.

Pedro Passos Coelho e Paulo Portas têm realizado sucessivos encontros desde quarta-feira, quando o primeiro-ministro regressou de uma reunião em Berlim, na Alemanha.

Na quinta-feira, o Primeiro-Ministro reuniu-se com o Presidente da República e, no final, afirmou que seria “encontrada uma forma de poder garantir o apoio político do CDS ao Governo e nessa medida garantir a estabilidade política do país”, dando a entender que esse processo ainda não estava concluído.

Mas esse entendimento foi finalmente obtido, o que permitiu a Pedro Passos Coelho, apresentar ao Presidente da República “o entendimento político alcançado com o líder do CDS-PP”, Paulo Portas.

As direcções do PSD e do CDS-PP tiveram uma reunião alargada no sábado ao final da tarde, para dar vos últimos retoques à posição final a apresentar ao Presidente da República na sequência da qual será feita uma declaração, adiantou a mesma fonte.

A cronologia dos acontecimentos, nestes dias de incerteza, destaca a demissão a demissão de ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de Vítor Gaspar; seguiu-se, quase de imediato, a sua substituição por Maria Luís Albuquerque, e a fechar o ciclo da crise, o pedido de demissão do Ministro de Estado e dos Negócios estrangeiros, Presidente do CDS, Paulo Portas.

Numa nota divulgada na terça-feira à tarde, cerca de uma hora antes da posse da nova ministra e dos respectivos secretários de Estado (um deles do CDS/PP), Paulo Portas anunciou essa decisão, que classificou de “irrevogável”, justificando-a com o facto de o Primeiro-Ministro ter optado pelo que considerou ser um “caminho de mera continuidade no Ministério das Finanças”, apesar da sua discordância, que referiu ter “atempadamente” comunicado.

Na terça-feira à noite, Pedro Passos Coelho fez uma declaração ao País em que manifestou surpresa pela decisão de Paulo Portas, defendeu ser “precipitado” aceitar



esse pedido de demissão e afirmou que iria manter-se como Primeiro-Ministro e clarificar as condições de apoio ao Governo de coligação com o CDS-PP, reiterando que «Não abandono o meu país, não me demito e é minha convicção que, sejam quais forem as divergências que estão na base da actual crise, saberemos ultrapassá-las em nome do interesse de Portugal.»

Mo final da reunião decisiva entre os dois partidos, o Primeiro-Ministro e presidente do PSD, afirmou que estava alcançado o acordo com o CDS-PP, que garante a estabilidade do Governo até ao fim da legislatura e o cumprimento dos compromissos externos de Portugal.

Numa declaração feita com o presidente do CDS-PP, Paulo Portas, ao seu lado, num hotel de Lisboa, Pedro Passos Coelho salientou que o executivo português mantém a intenção de “fechar o programa de ajustamento no prazo previsto sem hesitações, para, em Junho de 2014, Portugal recuperar a autonomia económica e financeira”.

No início desta intervenção, que durou aproximadamente sete minutos, o primeiro-ministro afirmou que PSD e CDS-PP tinham chegado a um “acordo sólido e abrangente” que “reúne as condições políticas necessárias para garantir a estabilidade até ao fim da legislatura e assegurar o cumprimento dos compromissos externos de Portugal”.

Pedro Passos Coelho referiu que esse acordo foi comunicado na sexta-feira ao Presidente da República, Cavaco Silva, e assinalou que os dois partidos respeitam “plenamente” a “avaliação” do chefe de Estado no quadro das suas competências constitucionais.

Passos Coelho tinha afirmado que «...os dois partidos da coligação trabalharam arduamente para ultrapassar» o que foi qualificado de «situação política delicada».

Em seu nome e de Paulo Portas, Pedro Passos Coelho acentuou a mensagem de que ambos consideram que o contexto nacional exige uma “necessidade imperiosa de



estabilidade e de confiança”, acrescentando: «Partilhamos o princípio de que uma coligação é um compromisso permanente renovável».

“Hoje queremos reafirmar e reforçar esse empenho, garantindo que Portugal tem, e continuará a ter, uma solução governativa estável e determinada na resolução dos graves problemas do país”, reforçou.

A declaração de Passos Coelho

«Portugueses, boa noite,
É nossa obrigação, enquanto líderes dos partidos que dão suporte ao Governo, assegurar a estabilidade política indispensável para a superação da situação política delicada que temos atravessado.

Chegámos a um acordo sólido e abrangente para ultrapassar esta situação.

Esse acordo foi ontem comunicado ao Sr. Presidente da República, cuja avaliação respeitamos plenamente no quadro das suas competências constitucionais.

O acordo reúne as condições políticas necessárias para garantir a estabilidade até ao fim da legislatura e assegurar o cumprimento dos compromissos externos de Portugal.

Reforça também a valorização da política económica e a prioridade do crescimento e do emprego. E tem consequências na composição do Governo.

Quanto à comunicação da composição do Governo trata-se de uma prerrogativa do sr. Presidente da República, a quem compete nomear os seus membros.

Neste momento, cabe apenas confirmar que foi proposto o Presidente do CDS, Dr. Paulo Portas, para vice-Primeiro Ministro com a responsabilidade de coordenar as políticas económicas e de coordenar o relacionamento com a troika, bem como as orientações para a reforma do Estado.

Confirmo também a Dra. Maria Luís Albuquerque como Ministra de Estado e das Finanças. Confirmo ainda que há outras alterações com significado na organização do Governo.

Queremos garantir a necessidade imperiosa de estabilidade e de confiança.

O interesse nacional tem absoluta prioridade sobre as questões partidárias. Os dois partidos da coligação trabalharam arduamente para ultrapassar a situação actual de modo consistente e duradouro.

Não poderia ser de outra maneira e era isso que nos era exigível, atendendo à situação económica e social do País num momento em que a crise da área do euro ainda não foi resolvida.

Os Portugueses não iriam compreender se não tivéssemos feito todos os esforços necessários para a preservação da estabilidade política.

Partilhamos o princípio de que uma coligação é um compromisso permanente.

Hoje queremos reafirmar e reforçar esse empenho, garantindo que Portugal tem, e continuará a ter, uma solução governativa estável e determinada na resolução dos graves problemas do País

Queremos agora iniciar um novo ciclo da nossa vida

nacional, que desejamos que coincida com a viragem da situação económica pela qual todos os Portugueses anseiam e de que há já sinais consistentes.

Olhamos para a frente com a mesma decisão firme de concluir o Programa de Assistência Económica e Financeira, que marcou a nossa ação nos últimos dois anos, que implicou muitos sacrifícios aos Portugueses, mas que tem sido o alicerce da recuperação da credibilidade externa, da confiança dos nossos credores internacionais e parceiros europeus e do retorno gradual do financiamento do Estado e da economia.

Queremos fechar o Programa de Assistência no prazo previsto, sem hesitações, para em Junho de 2014 Portugal recuperar a autonomia económica e financeira. Não fomos nós que amputámos a soberania nacional, mas reafirmamos o firme propósito de a recuperar.

Reassumimos o compromisso de dar sentido e recompensa aos sacrifícios que os Portugueses têm feito com tanta coragem.

Não poderíamos aceitar o desperdício desses esforços, nem a perspectiva de uma crise que conduzisse a sacrifícios incomparavelmente maiores.

Com este compromisso político queremos criar as condições para um novo ciclo económico. Queremos reforçar os sinais positivos que a economia começa a demonstrar e queremos acelerar a retoma do crescimento.

Sabemos que esse novo ciclo económico não depende apenas de nós. O contexto europeu é determinante.

Nos últimos dois anos participámos intensamente na reforma das instituições europeias e na reorientação das políticas comunitárias para ultrapassar a crise europeia.

Neste sentido, comprometemo-nos a apresentar um manifesto comum que articule com clareza um projecto político para a Europa, em que o crescimento, o combate ao desemprego e a legitimidade democrática das instituições europeias sejam prioridades fundamentais.

Queremos que este manifesto sirva de plataforma conjunta para ambos os partidos nas eleições para o Parlamento Europeu que terão lugar em 2014. Como líderes dos dois partidos que formam a coligação governamental iremos propor aos respectivos órgãos partidários que este manifesto de política europeia seja a base de uma lista única para disputar as eleições para o Parlamento Europeu.

Queremos finalmente reforçar as condições da promoção do emprego e de protecção daqueles que estão mais expostos e vulneráveis à actual crise e fazê-lo em constante diálogo social e político, com respeito dos acordos e compromissos estabelecidos no quadro da concertação social.

Com a renovação do nosso compromisso de Governo e da preparação do futuro do País depois de encerrado o Programa de Assistência, vamos dar ainda mais atenção à coesão social e garantir que a superação da crise não deixará ninguém para trás.

O reforço deste compromisso permitirá a continuação da acção governativa e das iniciativas reformistas que o País exige e que constituem a base do Programa do Governo.

Garantirá ainda a estabilidade política até ao final da legislatura. Foi esse o mandato que recebemos dos Portugueses e é esse mandato que pretendemos respeitar.

É este firme propósito que os dois partidos confirmarão ao Sr. Presidente da República na próxima semana.»

No final desta declaração, Passos Coelho disse que a “renovação” do compromisso de Governo entre PSD e CDS-PP permitirá continuar as “iniciativas reformistas que o país exige e que constituem a base do Programa do Governo” e voltou a afirmar que “garantirá ainda a estabilidade política até ao final da legislatura”.

“Foi esse o mandato que recebemos dos portugueses e é esse mandato que pretendemos respeitar. É este firme propósito que os dois partidos confirmarão ao senhor Presidente da República na próxima semana”, concluiu, numa referência aos encontros que PSD e CDS-PP têm agendados para terça-feira, no Palácio de Belém.

Este acordo entre PSD e CDS-PP enfatiza, assim, a continuidade da coligação governativa que inclui um compromisso de “valorização da política económica” e enuncia a intenção de “iniciar um novo ciclo económico” e de “acelerar a retoma do crescimento”.

Este constitui um dos pontos essenciais deste acordo



que reúne as condições políticas necessárias para garantir a estabilidade até ao fim da legislatura e assegurar o cumprimento dos compromissos externos de Portugal. Reforça também a valorização da política económica e a prioridades do crescimento e do emprego. E tem consequências na composição do Governo”, sintetizou Passos Coelho.

O presidente do CDS-PP e até agora ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros terá um papel central no que respeita a esse compromisso de “valorização da política económica”, com as novas funções de Vice-Primeiro-Ministro, com a responsabilidade de coordenar

as políticas económicas e de coordenar o relacionamento com a ‘troika’, bem como as orientações para a reforma do Estado.

O primeiro-ministro deixou, desta forma, promessas de “dar sentido e recompensa aos sacrifícios que os portugueses têm feito com tanta coragem” e de “reforçar as condições da promoção do emprego e de protecção daqueles que estão mais expostos e vulneráveis à actual crise”, em “constante diálogo social e político, com respeito dos acordos e compromissos estabelecidos no quadro da Concertação Social”.

“Com a renovação deste nosso compromisso de

Governo e da preparação do futuro do país depois de encerrado o programa de ajustamento, vamos dar ainda mais atenção à coesão social e garantir que a superação da crise não deixará ninguém para trás”, acrescentou.

Contudo, quanto à ambição de um “novo ciclo económico”, o primeiro-ministro fez questão de assinalar a importância da situação externa. “O contexto europeu é determinante”, alegou.

Em Lisboa, o Presidente da República, Cavaco Silva, recebeu em audiência na segunda-feira delegações dos partidos com assento parlamentar – PEV, PCP e BE. – e na terça, CDS e PSD, na parte da manhã e associações sócio-profissionais, à tarde.

Moreira da Silva, após a recepção

Após a recepção ao PSD, que levou a Belém uma delegação das suas figuras de mais peso (à excepção de Passos Coelho, que protocolarmente e como Primeiro-Ministro não devia estar presente), Moreira da Silva, 1º Vice-Presidente e coordenador da CPN, lembrou que foi respondendo aos pedidos de todos os partidos da esquerda parlamentar para a convocação de eleições antecipadas, que o Partido Social Democrata, chamado pelo Presidente da República, foi ao Palácio de Belém para esclarecer a sua posição, como imediatamente antes o tinha feito o CDS/PP.

Moreira da Silva afirmou que a posição do PSD foi a de, com todo respeito, alertar o Presidente da República, dos riscos que Portugal enfrenta caso haja lugar a legislativas antes do final do actual mandato.

No entender do 1º vice-Presidente do maior partido no Governo, Jorge Moreira da Silva, «estão reunidas todas as condições de estabilidade e coesão» com o novo acordo entre o PSD e o CDS-PP.»

«Estão encontradas todas as condições que reforçam a estabilidade e a confiança, coesão e unidade no relacionamento entre estes dois partidos que apoiam o Governo», disse aos jornalistas, rejeitando, assim, a realização de novas eleições. As palavras escolhidas pelo social-democrata foram a refutação das que têm sido proferidas por António José Seguro, líder do maior



partido da oposição, quando diz que os actuais partidos no Governo não asseguram a coesão e não têm a confiança dos portugueses.

Moreira da Silva mencionou os riscos – “facilmente perceptíveis” – que a realização de um sufrágio antecipado traria, dizendo que eleições antecipadas comprometeriam os esforços feitos pelos portugueses e colocariam em causa o memorando da troika.

Em relação a esse entendimento que foi assinado com a troika, aquando do pedido de resgate financeiro externo, o político social-democrata disse que o PSD reafirmou o “empenhamento no cumprimento do memorando” e no regresso aos mercados. Um “grande empenhamento” que disse prolongar-se até Junho de 2014, quando está previsto que Portugal se consiga financiar sozinho.

Numa declaração aos jornalistas em que se não houve lugar a respostas a perguntas da informação. Moreira da Silva mencionou as novas opções para prosseguir as reformas estruturais que permitam uma aposta na economia, ideia que tinha sido também transmitida pelo CDS-PP, o segundo partido da coligação, na sua audiência com Cavaco Silva.

“Estreia” de Maria Luís Albuquerque em Bruxelas

Enquanto em Lisboa, Cavaco Silva recebia as “forças vivas”, em Bruxelas, reuniram-se, entretanto, os ministros das Finanças da zona euro. Portugal não é um dos temas na agenda da reunião, focada na Grécia, em Chipre e na avaliação do programa de recapitalização da banca espanhola, mas a situação do país “será de grande interesse”, segundo um alto responsável do Eurogrupo.

Foi a estreia europeia da nova ministra das Finanças, Maria Luís Albuquerque, sucessora de Vítor Gaspar, a quem o presidente do Eurogrupo, Jeroen Dijsselbloem, se mostrou, em Bruxelas, “muito satisfeito” com o acordo para assegurar a continuidade a coligação governamental PSD/CDS em Portugal e afirmou ser “crucial” a existência de estabilidade política.

“Estou muito satisfeito que a coligação [governamental] portuguesa esteja novamente pronta para continuar o seu trabalho”, afirmou Jeroen Dijsselbloem, em declarações à entrada para a reunião de ministros das Finanças da zona euro (Eurogrupo), na capital belga.

O presidente do fórum dos ministros das Finanças defendeu que “a estabilidade política é crucial para manter os países [sob programa de ajustamento financeiro] no caminho certo e a trabalhar nos programas”, sublinhando que “qualquer instabilidade política será relacionada com a possibilidade de adiamento das decisões”.

O encontro, tinha o início agendado para as 15:00 locais (14:00 de Lisboa), colocou os seus homólogos a par da situação portuguesa, naquela que foi a sua “estreia”

nos “palcos” europeus como titular da pasta das Finanças.

À margem da reunião, o ministro irlandês das Finanças comentou, na terça-feira, que a nova ministra portuguesa não terá quaisquer problemas em representar Portugal no Eurogrupo, pois costumava acompanhar Vítor Gaspar nas reuniões e está “bastante a par” dos dossiers.

Michael Noonan, que durante o primeiro semestre do ano presidiu às reuniões de ministros das Finanças da União Europeia (Ecofin) - durante a presidência irlandesa da UE -, ao ser questionado, à entrada do encontro de ministros das Finanças da zona euro, sobre a “estreia” de Maria Luís Albuquerque, sublinhou que a antiga secretária de Estado do Tesouro “não é uma estranha” para o Eurogrupo, classificando-a mesmo como uma “colega”.

“Tem estado no grupo de trabalho (do Eurogrupo) há muito tempo, e acompanhou Vítor Gaspar nos últimos dois anos, é muito próxima de Gaspar e vemo-la como uma colega. Maria Luís Albuquerque está bastante a par dos assuntos, por isso penso que não terá quaisquer problemas em se adaptar, porque já tem vindo a todas as reuniões nos últimos dois anos”, salientou.

Já ao ser interrogado sobre a crise política em Portugal, limitou-se a dizer que não estava a par da “situação doméstica”.

Na reunião de hoje do Eurogrupo, Maria Luís Albuquerque - cuja nomeação motivou o pedido de demissão de Paulo Portas, mas que foi uma escolha elogiada a nível europeu - usou a sua “estreia” para esclarecer os colegas sobre as árias etapas da situação portuguesa.

O presidente do Eurogrupo, por seu turno, na conferência de imprensa que se seguiu à reunião dos ministros das Finanças da zona euro e durante a qual deu as boas-vindas à nova ministra das Finanças, (Maria Luís Albuquerque) afirmou que Portugal deve manter o seu compromisso com o programa de ajustamento económico e salientou que os ministros das Finanças da zona euro continuam prontos para “assistir” o País.

“Saudamos os passos recentes dados [em Portugal] para manter a estabilidade do Governo”, disse Jeroen Dijsselbloem, na conferência de imprensa que se seguiu à reunião dos ministros das Finanças da zona euro.

O presidente do Eurogrupo defendeu que o Governo português deve “continuar os bons resultados” e manter o “forte compromisso com o programa de ajustamento”, sublinhando que o “consenso político e social” é um “activo importante” do plano de resgate português.

“Estabilidade política e continuidade são essenciais, particularmente na situação actual”, sublinhou Jeroen Dijsselbloem.

O presidente do Eurogrupo disse ainda que o programa de ajustamento português está a ser “bem-sucedido”, salientou que os “desequilíbrios acumulados foram reduzidos” e defendeu que “os sacrifícios feitos pelos portugueses e a confiança dos mercados que tem

sido conquistada lentamente não podem ser postos em perigo”.

Dijsselbloem reiterou ainda que “o Eurogrupo continua pronto para assistir Portugal nos seus esforços de reformas”.

A 20 de Junho, o presidente do Eurogrupo admitiu que poderão vir a ser consideradas medidas de apoio complementares a Portugal e Irlanda para ajudar os dois países a saírem dos programas de assistência e a regressarem aos mercados.

Por seu lado, a ministra das Finanças disse que o relacionamento do Governo com a ‘troika’ será gerido “lado a lado” com Paulo Portas, afirmando-se convicta de que, sendo ambos “pessoas responsáveis”, saberão defender o interesse nacional.

Falando no final da primeira reunião do Eurogrupo no qual participou como titular da pasta das Finanças, Maria Luís Albuquerque, questionada sobre o seu futuro relacionamento com Paulo Portas - proposto para vice-primeiro-ministro responsável pelo relacionamento com a ‘troika’, depois de se ter demitido do cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros por discordar da escolha da nova ministra das Finanças -, disse que haverá um “trabalho conjunto”, que acredita que não a enfraquece.

“Não, de todo, não enfraquece a posição de nenhum de nós. Aliás, dois a trabalhar lado a lado, no mesmo sentido, fortalece posições, não enfraquece. E sabemos, com certeza, sendo pessoas responsáveis, ter uma forma de trabalho que defenda o interesse nacional e conseguir os melhores resultados nesta nova fase do trabalho”, disse.

Confirmou ainda que o início da oitava avaliação à aplicação do programa de ajustamento português, aguarda a decisão do Presidente da República sobre a nova organização do Governo.

“A avaliação [ao cumprimento do programa de ajustamento] não está nem confirmada nem adiada”, afirmou Maria Luís Albuquerque aos jornalistas, quando questionada sobre a data de início da oitava missão da ‘troika’ (Comissão Europeia, Fundo Monetário Internacional e Banco Central Europeu), prevista para 15 de Julho.

A ministra explicou que o início da avaliação aguarda a decisão do Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, sobre o acordo, para assegurar a continuidade a coligação governamental PSD/CDS.

“Aguardamos a decisão do senhor Presidente da República e só na sequência da decisão é que esse assunto será devidamente discutido”, declarou. - Fontes: Lusa, RTP 1, Audiovisuais PSD

Nota da redacção: Na hora do fecho do jornal, o Presidente da República recebia as organizações sindicais. Se nos chegarem algumas notícias em tempo, faremos uma nota de “Última Hora” sobre elas.

O novo Patriarca de Lisboa

“Reedificar na Paz a cidade de todos”

O novo patriarca de Lisboa exortou hoje os portugueses a inspirarem-se na capacidade de resistência da população do Norte do País, o mosteiro dos Jerónimos, durante a primeira missa após ter tomado posse, naquela que foi a sua apresentação à diocese.

Os Jerónimos estavam plenos de assistência, que queria ver e ouvir o seu novo Antiste.

Note-se e saliente-se que o Primeiro-Ministro, à chegada em frente ao monumento e até tomar o seu lugar na primeira fila de genuflectórios, foi recebido com calorosa salva de palmas, que também marcaram a entrada do Presidente da República

Naquele magnífico monumento manuelino, e perante aquela grande assistência, na qual se destacavam as mais elevadas personalidades do Estado, como o Presidente da República, Cavaco Silva (e Esposa), a presidente da Assembleia da República, Assunção Esteves, o Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, e Ministros como Paulo Portas, Pedro Mota Soares e Barreto Xavier, e ainda entre outros, a presidente da fundação de direitos humanos Pro Dignitate, Maria Barroso; o presidente do Tribunal de Contas, Guilherme d'Oliveira Martins; e o Duque de Bragança, D. Duarte Pio e esposa, o Patriarca de Lisboa, Dom Manuel Clemente, proferiu uma homilia na qual começou por prestar a sua homenagem às gentes do Norte, onde passou os últimos anos da sua pastoral.

Assim, evocando o exemplo do povo e das instituições nortenhas, D. Manuel Clemente instou todos a olhar o exemplo do Povo do Norte do País, afirmando que «O Norte (...) bem nos pode inspirar a todos, pela capacidade de resistir, recomeçar e inovar», sublinhou na sua homilia, sustentando que esta é uma capacidade que o Povo «reiteradamente demonstra, em muitas das suas intervenções sociais, económicos e culturais».

Na homilia, intitulada de “Reedificar na paz a cidade de todos”, Manuel Clemente aproveitou para recordar a experiência e os testemunhos recolhidos enquanto bispo do Porto, lugar que deixou vago após ter sido nomeado Patriarca de Lisboa pelo papa Francisco, a 18 de maio.

“Foram muitos os testemunhos (...) de dedicação” também “em centenas de instituições socio-caritativas (...) com generosidade reforçada pelas atuais dificuldades da sociedade portuguesa e especialmente



nortenha”, frisou.

O patriarca defendeu ainda que, “como tudo na Igreja de Cristo, só em comunhão se serve a comunhão: assim foi no Porto, como assim será em Lisboa”.

No momento de “retomar na Igreja de Lisboa o que nela” começou “a viver há seis décadas e meia”, o patriarca recordou o seu antecessor, e agora patriarca emérito, Dom José Policarpo.

“Reafirmo a muita gratidão pela amizade com que sempre me acompanhou, bem como pela lucidez e generosidade do seu serviço eclesial, dentro e além do patriarcado”, referiu.

No sábado, aos 64 anos, Manuel Clemente, tinha sido empossado patriarca de Lisboa na sua Sé, apresentando-se como servidor da diocese, num templo praticamente cheio e diante do cabido da sé, os cônegos coadjuvantes.

D. Manuel Clemente não foge da Imprensa

O Patriarca de Lisboa, foi abordado pela Imprensa, afirmando que que pediu ao Presidente da República, Cavaco Silva, e ao primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, “uma resposta política que seja capaz de não deixar ninguém para trás”.

O pedido foi efectuado na conversação breve que, no final da missa, durante a sessão dedicada aos cumprimentos das autoridades e restantes crentes que marcaram presença no Mosteiro dos Jerónimos, teve oportunidade de falar com os dirigentes políticos de Portugal.

Questionado pelos jornalistas sobre se lhes deixou «algum recado especial», o Patriarca, que é também presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, revelou o que tinha dito: “Estamos cá todos para que, cada um no seu sector, cada um na sua competência, demos uma resposta solidária capaz de não deixar ninguém para trás e não deixar ninguém de fora”.

“O que disse às pessoas ligadas à Assembleia da República, ao Estado e ao Governo foi que temos todos de fazer o melhor, e com certeza estamos todos dispostos a isso porque as responsabilidades são grandes e o momento é complexo”, acrescentou.

Sobre os aplausos ouvidos no interior do Mosteiro dos Jerónimos dirigidos ao Presidente da República e ao Primeiro-Ministro, Dom Manuel Clemente interpretou-os como sendo o testemunho de que «há pessoas, e que, de forma alguma, são poucas em Portugal, que consideram que – com as suas dificuldades e acertando uma vez e outras não (porque errar é humano e só não erra quem não age) - também dão o melhor que sabem e que podem, com patriotismo, coragem e muito amor à nossa Pátria».

Lusa/Fim



Comunicado do Conselho de Ministros de 4 de Julho de 2013

1. O Conselho de Ministros aprovou o regime jurídico de atribuição do subsídio social de mobilidade aos cidadãos beneficiários, no âmbito dos serviços aéreos entre Bragança-Lisboa, Lisboa-Bragança, Vila Real-Lisboa e Lisboa-Vila Real.

Este diploma visa implementar um novo modelo de auxílios aos passageiros residentes e estudantes, que assenta nas seguintes características: subsídio de valor fixo, por viagem; liberalização das tarifas aéreas de passageiros; revisão anual do valor do subsídio em função do comportamento das tarifas; atribuição do subsídio a posteriori, diretamente aos beneficiários, mediante prova da elegibilidade, passando as transportadoras aéreas a receber dos passageiros o valor da tarifa por inteiro.

2. O Governo aprovou uma alteração ao regime jurídico a que fica sujeita a gestão de veículos e de veículos em fim de vida e seus componentes e materiais, transpondo para a ordem jurídica interna a diretiva comunitária relativa aos veículos em fim de vida.

No âmbito da transposição da diretiva referida, procede-se à prorrogação do prazo da isenção da proibição de utilização de chumbo em soldas em aplicações elétricas nas superfícies envidraçadas, com exceção da soldadura em vidros laminados. A avaliação do progresso científico e técnico demonstrou que a utilização de chumbo para os referidos fins é inevitável, na medida em que os respectivos substitutos ainda não se encontram disponíveis.

3. O Governo aprovou um diploma que estabelece as regras que constituem o sistema de identificação dos equídeos nascidos, ou introduzidos, em Portugal. Com este diploma é assegurada a execução e garantindo o cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento comunitário sobre os métodos para identificação de equídeos.

4. O Conselho de Ministros autorizou a realização da despesa relativa à conceção e implementação dos sistemas informáticos de suporte à gestão técnica e operacional do Fundo de Compensação de Trabalho (FCT) e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT).

Visa-se com esta decisão assegurar, a partir de outubro de 2013, o funcionamento do sistema informático para a gestão técnica e operacional do FCT e do FGCT.

O investimento agora aprovado tem ainda como meta um melhor controlo no combate à fraude e evasão contributiva, prestação de um melhor e mais oportuno serviço centrado no cidadão e na empresa, permitindo assim reforçar a qualidade e a transparência do sistema.

5. O Conselho de Ministros aprovou uma resolução que determina a redefinição dos prazos para a finalização da construção das infraestruturas relativas aos aproveitamentos hidroelétricos incluídos no Programa Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroelétrico.

Os prazos máximos para finalização da construção das referidas infraestruturas serão redefinidos nos respetivos contratos de concessão, considerando-se para o efeito a data de assinatura do contrato de concessão e o número de meses indicado na proposta apresentada a concurso como necessários para a construção dos aproveitamentos hidroelétricos.

6. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de resolução sobre a Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados, adotada em Nova Iorque, em 20 de dezembro de 2006.

7. O Governo aprovou o Acordo entre a República Portuguesa e a República de San Marino no domínio do Turismo, assinado em Lisboa, em 8 de janeiro de 2013.

Este Acordo permite o desenvolvimento da cooperação no domínio do turismo, baseada no princípio da igualdade e de benefícios mútuos e desenvolvida nos domínios institucional e empresarial, no intercâmbio de informação e experiências, na formação profissional e na cooperação no âmbito das organizações Internacionais.- Gab. C. M^{os}



Jorge Moreira da Silva em Mafra

“Honrar o trabalho de José Ministro dos Santos”

O 1.º Vice-Presidente e coordenador da Comissão Política Nacional do PSD, Eng. Jorge Moreira da Silva, esteve na sexta-feira, 5 de Julho de 2013, pelas 20h00, na sessão de apresentação do candidato à Câmara Municipal de Mafra, Helder Sousa Silva, que decorreu na Quinta dos Rouxinóis.

Durante a apresentação do candidato, Jorge Moreira da Silva afirmou que o entendimento alcançado entre PSD e CDS-PP “reforça a confiança, a coesão e a estabilidade do Governo” necessárias ao cumprimento do memorando da ‘troika’.

“É uma solução que reforça os níveis de confiança, de coesão e de estabilidade nesse Governo e é essa resposta que os portugueses esperam para a estabilidade que assegure o cumprimento do memorando de entendimento e da abertura para uma fase de crescimento e de emprego”, afirmou aos jornalistas Jorge Moreira da Silva.

O primeiro-ministro e presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, apresentou ao Presidente da República “o entendimento político alcançado com o líder do CDS-PP”, Paulo Portas, segundo fonte do gabinete do chefe do executivo.

Sem adiantar se Paulo Portas se mantém ou não no Governo, Jorge Moreira da Silva declarou que “o Primeiro-Ministro apresentou, na sequência dos encontros que teve com o CDS-PP e com o Dr. Paulo Portas, uma solução política de estabilidade para o governo e essa solução foi apresentada ao Presidente da República”.

No sábado, os dois partidos voltam a reunir e vão tornar pública essa solução, em relação à qual se recusou a dar pormenores ou a responder a perguntas.

Jorge Moreira da Silva falava à entrada para um jantar de apresentação dos candidatos do PSD a Mafra nas eleições autárquicas de 29 de Setembro. Correspondente



Pinhel Candidatura de Rui Ventura



“Por Pinhel, Sempre” é o lema da candidatura de Rui Ventura à Câmara de Pinhel cuja apresentação pública se realizou no domingo, dia 23 de Junho.

Luis Montenegro, líder do Grupo Parlamentar do PSD acompanhou o lançamento da candidatura e afirmou que Rui Ventura é a pessoa indicada para liderar o início de um novo ciclo no concelho de Pinhel, e afirmou: «Ele é a garantia de um novo alento, um novo fôlego, um novo

ciclo com redobrada energia para cumprir aquele que é o desígnio de qualquer equipa municipal»

Rui Ventura começou por destacar que não esquece a sua essência, o seu amor pela sua terra, o gosto em ser social-democrata, afirmando que “Foi nesta cidade que aprendi a ser Homem. Foi nesta cidade que aprendi a respeitar os outros, a ser humilde e honesto. Foi nesta cidade que, durante os últimos vinte e oito anos dos quarenta e dois anos que tenho, que estive activo no meu partido. O meu partido de sempre e muitas vezes liderando, localmente, esse mesmo partido»

No final da sua intervenção, Rui Ventura afirmou que a existência de uma sala cheia naquele momento simbólico...é uma grande motivação a todos os níveis, pois, «...com este apoio, levo motivação para a campanha, motivação para ganhar naturalmente, motivação de responsabilidade por aquilo que serão os próximos anos à frente da Câmara Municipal de Pinhel»

Júlio Sarmento, Presidente da Comissão Política Distrital da Guarda, António Ruas, actual Presidente da Câmara de Pinhel, Deputados e outros candidatos autárquicos do

Distrito...estiveram também presentes. - Audiovisuais PSD

Celso Ferreira candidato à câmara de Paredes



Celso Ferreira já apresentou a sua candidatura à câmara de Paredes.

Foi no sábado, dia 6 de julho, e um grande número de apoiantes fez questão de marcar presença neste momento simbólico para todo o Concelho.

Virgílio Macedo, Presidente da Comissão Política Distrital do Porto, participou na sessão e afirmou a sua confiança nesta recandidatura à autarquia.

Celso Ferreira contou com um convidado especial, Luís Filipe Menezes que esteve presente e destacou a sua admiração pelo candidato afirmando: «Outra das razões porque eu estou aqui é o Celso Ferreira. Tenho uma profunda admiração por ele: como político, como homem, ele é alguém muito especial neste quadro político das autarquias portuguesas»

No início da sua intervenção, Celso Ferreira tinha explicado o porquê de se ter recandidatado: «Decidi recandidatar-me porque entendo que a nossa acção política nestes últimos anos e, sobretudo nos últimos quatro, foi profundamente assertiva. Não fizemos tudo o que gostaríamos. Ninguém o faz. Mas, seguramente, que fizemos as coisas certas»

Da mesma forma, apelou à mobilização e envolvimento de todos na continuação do seu projecto político para o município de Paredes:

«Conto com todos. Conto convosco. Conto com o País. Conto com a região, com o Concelho, com os Autarcas, conto com o PSD essencialmente, para poder levar vencida esta eleição e poder manter este projecto político no concelho de Paredes» -Audiovisuais

Manuel Moreira em Marco de Canaveses



O centro da cidade de Marco de Canaveses acolheu no passado sábado, dia 6 de Julho, a apresentação pública de Manuel Moreira à liderança do município.

Um grande número de marcuenses fez questão de apoiar Manuel Moreira neste momento simbólico.

Foi com o lema "a mudança continua", que o candidato oficializou a sua recandidatura à autarquia.

Luís Vales, Secretário-Geral adjunto do PSD e Deputado à Assembleia da República, marcou presença na sessão, pela Direcção do PSD.

Virgílio Macedo, Presidente da Comissão Política Distrital do Porto, destacou as qualidades que o candidato social-democrata possui, afirmando que «Pessoas com os valores, com a ética, com a responsabilidade que o Dr. Manuel Moreira tem, hoje não é fácil de se encontrar. Ele precisa de todos vós»

António Coutinho, Candidato à Assembleia Municipal de Marco de Canaveses, demonstrou a sua sa-

tisfação por fazer parte da equipa de Manuel Moreira e disse: «Sinto-me muito honrado. Muito honrado mesmo pelo convite que foi dirigido pelo Dr. Manuel Moreira para estar com ele nesta caminhada pelo Marco de Canaveses»

Na sua intervenção pública, o candidato começou por salientar que o lema da sua candidatura é o reflexo do seu trabalho para um melhor futuro do concelho, trabalho esse que desenvolve desde 2005, pois «Em 2005 vim para fazer a mudança tranquila da minha terra, fazer do Marco de Canaveses um concelho fadado pelas boas causas, pelas boas ideias, pelos bons projectos»

Destacou que o caminho até agora seguido vai ter continuidade, «... e vamos continuar a fazê-lo. Sabemos o desígnio que temos para Marco de Canaveses é bom: o de fazer do Marco um dos melhores concelhos da região e, ambiciosamente, de Portugal»



Nuno Encarnação

“As Parcerias Público-Privadas eram o cartão de crédito do Estado”

O PSD debateu na passada sexta-feira, dia 5, o quadro das Parcerias Público-Privadas (PPP) e a transparência nos processos de privatização. Num debate marcado pelos parlamentares sociais-democratas, o deputado Nuno Encarnação declarou que nenhuma reflexão séria poderá ser feita sem olharmos para trás, sem percebermos o impacto dessas mesmas decisões nos dias de hoje e no futuro dos nossos dias. “Podemos e devemos olhar para a frente, mas percorrendo seguramente caminhos diferentes. Cometeram-se muitos erros? Seguramente que sim. Os políticos deste País devem, de uma vez por todas, assumir quando erram, mas explicar porque é que erraram. Quais eram as suas convicções na altura e o que fariam de diferente se hoje tivessem de tomar essas mesmas decisões? Só não erra quem não decide”.

Centrando-se nas PPP, Nuno Encarnação referiu que já todos percebemos que a invenção das PPP, na sua origem, era uma ideia positiva. “Mas tardiamente, os decisores políticos anteriores, hoje reconhecerão que a grande maioria das PPP deste País lançadas pelo Estado Central foram um desastre absoluto. Tantas vezes este PSD avisou os anteriores Governos, aqui neste mesmo plenário, que o País não tinha dinheiro para tais práticas. E o que mais nos custou foi o de não se termos sabido parar a tempo. Cada vez que se erguia um mau exemplo, surgia logo a seguir um exemplo ainda pior. Hoje todos nós percebemos que lançámos alcatrão a mais num País a menos. Os erros sucessivos nos estudos de tráfego foram assustadores”, acrescentou.

Como consequência destas opções e de uma ilusão do modelo de previsão, criou-se mais obra pública para um País que precisava apenas de mais obra privada. “Encargos públicos para pagar sempre a privados. As PPP eram o instrumento ideal, eram o cartão de crédito do Estado. Construir sempre e já mas com o dinheiro dos outros. E a que preço? Isso não interessava. As facturas eram lançadas não no presente mas sempre no futuro. Mas as PPP tinham uma tentação ainda maior, e que os Governos tão bem sabiam. A desorçamentação do Estado”.

“O País mergulhava no sorriso das construtoras, na prontidão dos bancos para financiarem obra e na ilusão das pessoas julgando elas que tudo isto significava apenas e só o desenvolvimento do País. À medida que Portugal se desenvolvia por esta via, a dívida desenvolvia-se e muito pelas bermas destas estradas. As taxas de rentabilidade destes negócios para os privados eram em média de dois dígitos. Ao contrário, os custos para o Estado eram de mais de o dobro do que se o mesmo tivesse desenvolvido a referida obra. Quem era o privado que não queria estar em negócios destes? O Estado pagava, o privado lucrava e o povo sorria. Hoje todos nós constatamos que o País não precisava de tanto alcatrão, de estradas com tantas faixas, de tamanha dívida tão cara e insustentável. Não havia receitas que chegassem para cobrir tamanhas despesas. Foram estas as tristes conclusões a que chegámos”.

Hoje, acrescenta Nuno Encarnação, o Governo é obrigado a negociar, a reduzir as rentabilidades às construtoras e aos bancos, a reduzir a construção de troços e a manutenção das mesmas, e a de tentar ir buscar mais receitas ou antes não existiam. “No meio de tanta dívida contraída e acumulada tínhamos obrigatoriamente de encontrar mais soluções. E o PS encontrou-as, comprometendo-se no dito memorando de entendimento com a ‘troika’ em 2011 a avançar com um conjunto grande de privatizações. A ANA, a TAP, a CP Carga, a Galp, a EDP e a REN, a CP e a Caixa Seguros. O Governo anterior previa arrecadar mais de 5 mil Milhões de euros em todas estas privatizações. Este governo até à data e ainda sem ter concluído todo este processo de privatizações, já conseguiu mais de 6 mil Milhões de euros”.

No que respeita à transparência, o deputado considera que as privatizações em Portugal têm sido feitas de forma clara e transparente, sempre elaboradas à luz da lei-quadro das privatizações, com critérios rígidos e bem definidos e com cadernos de encargos que têm de ser sempre escrupulosamente cumpridos. “Este Governo não vendeu ao desbarato, antes pelo contrário, fez mais receita do que a que o Governo anterior tinha previsto. Não tem ânsia de vender, mas apenas de cumprir um calendário de privatizações que foram assumidas e calendarizadas ao longo destes anos. E veja-se o caso recente da TAP, cujo governo decidiu a sua não privatização porque o concorrente não reunia as condições exigidas pelo caderno de encargos. Olhemos para a privatização da ANA aeroportos, que foi um sucesso no valor da sua venda e que colocará esta empresa com uma dimensão maior no mundo e com uma escala absolutamente inimaginável há uns anos atrás. A supervisão tem de ser um hábito de qualquer Governo, as boas práticas têm de ter esse exacto sentido e a transparência de cada negócio uma exigência absolutamente fundamental para um Estado que deve dar sempre o exemplo.

O País não podia continuar a cair nos erros passados. A factura de hoje é demasiado pesada e grande para errarmos de novo. Errar é matar a geração seguinte, endividar é asfixiar todas as gerações. Portugal não pode criar dívida na dúvida nem ilusão através do erro”.



Inaugurada a ligação ferroviária directa entre Porto e Vigo

No dia 1 de Julho, cumpriu-se a viagem inaugural da ligação ferroviária directa entre Porto e Vigo. “Concretizámos as promessas que há muito foram feitas, mas nunca foram realizadas. Existe a vontade política muito forte de nós conseguirmos melhorar a cooperação e a integração ferroviária entre os dois países”, afirmou o ministro da Economia e do Emprego, Álvaro Santos Pereira.

A ministra espanhola do Fomento, Ana Pastor, foi a companheira de viagem de Álvaro Santos Pereira e elogiou o esforço do Governo português, garantindo que se deu agora o primeiro passo para o que os dois países podem fazer em conjunto. “Neste tempo de crise, nós, responsáveis públicos, temos de trabalhar intensamente para dar soluções aos problemas de mobilidade aos cidadãos. Por isso, a empresa pública de comboios portugueses e a Renfe trabalharam para que o comboio chegue de forma directa ao Porto e a Vigo. Este é o primeiro passo para o caminho que temos de percorrer”, declarou.

Os dois responsáveis deixaram ainda a promessa da electrificação total da via ferroviária entre as duas cidades e encurtar de duas para 1h30 a duração da viagem.

O comboio baptizado de “Celta” efectuou a viagem inaugural entre Vigo e o Porto (estação da Campanhã). Com uma duração inferior a duas horas e um preço de 17,75 euros, a renovação desta linha directa constitui, de acordo com o ministro Álvaro Santos Pereira, “a primeira pedra da comunicação directa” entre Portugal e Espanha.



Câmara Municipal deve “colaborar activamente” com as instituições sociais



Integrado num ciclo de contactos com diversos agentes de diferentes âmbitos de actuação, Ricardo Rio visitou o Centro Social e Paroquial de Mire de Tibães. Herminio Silva, tesoureiro da instituição, e José Magalhães, candidato da coligação “Juntos Por Braga” à Junta de Freguesia de Mire de Tibães, acompanharam Ricardo Rio durante esta iniciativa.

Como explicou Herminio Silva, o Centro Social, que se encontra a funcionar desde Maio de 2010, tem as valências de Lar, Centro de dia, Apoio Domiciliário e Cantina Social. “Ao todo, apoiamos 70 idosos, sendo que em termos da cantina social são 65 as pessoas que ajudamos. Temos ainda 24 colaboradores que estão pessoas directamente empregadas pelo centro. É muita gente envolvida e a beneficiar da nossa actuação”, salientou.

Segundo o líder do “Juntos Por Braga”, este Centro é um espaço que tem várias valências que vêm colmatar necessidades efectivas da população desta zona do concelho. “O apoio social que esta instituição presta à população, em especial à mais idosa, é de extrema importância e contribui para preencher uma lacuna que existe neste território”, sublinhou.

Ricardo Rio notou que este é um espaço diferente do habitual, já que tem a tradição e o historial de ser construído graças ao espírito empreendedor, voluntário, dedicado e extremamente empenhado de todos os que contribuíram para a sua criação, nomeadamente o grupo “Mulheres em Movimento”. “É de saudar esse esforço e força de vontade de todos os que contribuíram para que, ao longo dos anos, se dessem os passos necessários para angariar os fundos que permitiram tornar este projecto numa realidade. É um excelente exemplo de intervenção cívica e responsabilidade social”, elogiou.

Nesse sentido, também Herminio Silva destacou o papel do grupo “Mulheres em Movimento” como “fulcral” para a existência do projecto. “São elas a espinha dorsal do Centro em termos de angariação de fundos, sendo uma das principais razões que permite a nossa sobrevivência. Temos de agradecer o seu trabalho, esforço e dedicação a esta causa tão nobre”, adiantou.

Por seu turno, o candidato à Presidência da Câmara Municipal de Braga enfatizou que é responsabilidade dos organismos públicos colaborar activamente com esta instituição. “Tanto a Junta de Freguesia como a Câmara Municipal têm a obrigação de colaborar com este projecto, ajudando à concretização das suas ambições, à realização de iniciativas que possam garantir a sustentabilidade financeira no futuro e incentivando o dinamismo próprio da instituição”, evidenciou Rio, que se mostrou muito satisfeito com o projecto da Loja Social que o Centro pretende concretizar em breve para ajudar os mais carenciados.

Para Ricardo Rio, e tendo em conta a situação de crise que vivemos, é urgente que a Câmara Municipal de Braga constitua parcerias com as valências sociais, no sentido de facultar-lhes meios para, de forma indirecta, obterem novas fontes de receita. “Estas são situações que merecem a atenção e capacidade de concretização por parte da autarquia, que tem de dar sinas fortes de que está presente e disponível para apoiar”, afirmou.

Equilíbrio das contas é essencial

Herminio Silva considerou o equilíbrio das contas como o principal objectivo para o futuro próximo da instituição. “Temos ainda alguns encargos que têm de ser liquidados, fruto de empréstimos bancários contraídos. Queremos ultrapassar os próximos dois anos com tranquilidade, lidando com os encargos que nos afligem e aliviando as nossas responsabilidades financeiras. Depois, pensaremos no alargamento em termos de oferta de lar, que é uma necessidade muito premente na zona”, garantiu.

Já José Magalhães, candidato do “Juntos Por Braga” à Junta de Freguesia de Mire de Tibães, adiantou que fará o que estiver ao seu alcance para ajudar a instituição a atingir os seus objectivos. “Pretendo uma Junta de Freguesia que esteja ao lado das suas instituições e da sua população. Nesse sentido, queremos contribuir para dinamizar algumas iniciativas que ajudem o Centro e contribuir com apoio logístico sempre que necessário. Este Centro presta um serviço de enorme valor à população e temos de saber potenciar os nossos recursos”, concluiu.

João Paulo Baltazar tem a experiência, capacidade e vontade para liderar Valongo

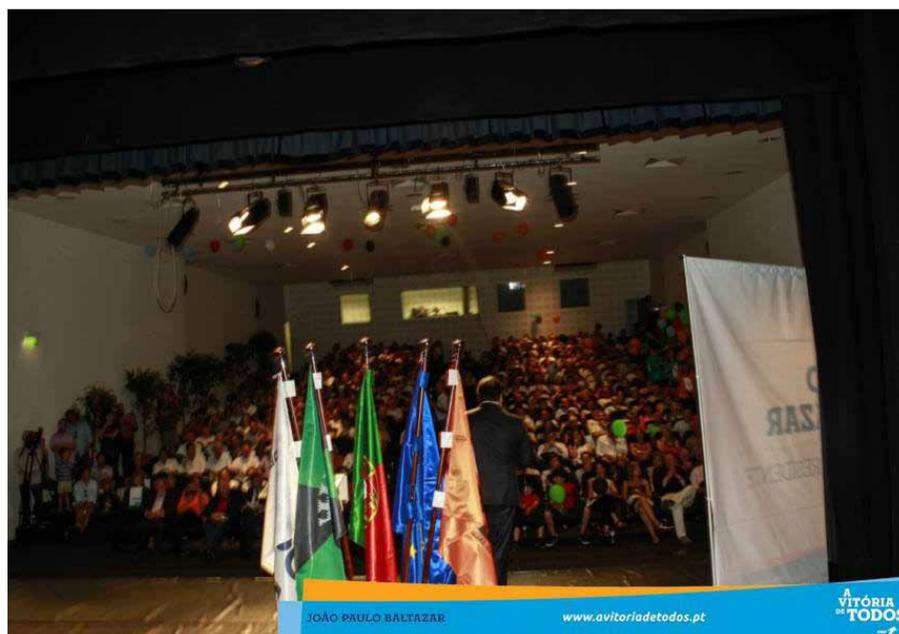


Depois de um ano de trabalho intenso como responsável máximo da autarquia de Valongo, João Paulo Baltazar acaba de apresentar-se como candidato do PSD ao executivo da autarquia nas próximas eleições locais. A experiência, a capacidade de trabalho e a vontade de participar no desenvolvimento do concelho são razões principais da candidatura. "A vitória de todos" é o lema de um projecto que pretende, acima de tudo, estar ao serviço de todos os munícipes.

João Paulo Baltazar garantiu que o executivo continuará a fazer uma gestão exemplar dos recursos públicos e direccionada para as famílias e empresas do concelho. "A vitória de todos para, nestes tempos difíceis, apoiarmos os que mais precisam. A vitória da qualidade de vida e do bem comum. A vitória da afirmação e desenvolvimento do Concelho. Vou fazer uma campanha pela positiva. Quero que seja uma oportunidade para debatermos ideias e projectos. Uma campanha que permita uma escolha consciente, para que possa ser a vitória de todos", declarou o candidato.

Miguel Santos, vice-presidente do Grupo Parlamentar do PSD, abriu a sessão, destacando a importância das eleições autárquicas de 29 de Setembro, no contexto de dificuldades que Portugal atravessa. Para o deputado, as autarquias devem ser lideradas pelos "melhores e os mais dinâmicos". "João Paulo Baltazar, candidato e actual Presidente da Câmara de Valongo, conseguiu, ao longo deste mandato, equilibrar as finanças municipais, sem cortar serviços à população e aumentar e incrementar os projectos de apoio social necessários para apoiar as famílias que os tempos exigentes mais afectam", destacou Miguel Santos.

A apresentação da candidatura decorreu sábado, dia 6 de Julho, enchendo por completo o Fórum Cultural de Ermesinde.





POVO LIVRE

Director: José Silva Marques

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Número 422 • 25 de Agosto de 1982 • Preço 15\$00

Entrevista de Paulo Mendo

Enquadramento em carreiras dignas dos profissionais dos serviços de Saúde é das mais importantes tarefas

“Outro dos grandes problemas que afectam a saúde é o do financiamento. Vamos manter uma política de austeridade muito severa, implementando os diplomas das carreiras que nos vão permitir racionalizar o trabalho e disciplinar o recurso às horas extraordinárias — que atingem actualmente valores insuportáveis —, manter as taxas moderadoras como princípio universalmente aceite e necessário, e vamos, ainda, proceder a uma política de investimentos em equipamento e em instalações que se estenda

pelos próximos 15 anos, de modo a que tais investimentos sejam feitos segundo planos técnicos determinados e não só por opções políticas de momento” afirmou ao “Povo Livre” o secretário de Estado da Saúde.

Em entrevista que nos concedeu, Paulo Mendo fala, sobretudo, do presente e do futuro, sem complexos de referir o “problema” do financiamento, um “mal” que constitui, “para todos os países modernos”, um imenso quebra-cabeças”.

“Povo Livre” — A que se deve a falta de médicos em diversos hospitais, particularmente nos distritais?

Paulo Mendo — A falta de médicos nos hospitais distritais tem muito de vício estrutural da distribuição dos médicos dentro da carreira hospitalar. Até agora, uma vez completada a sua fase de formação, ficaram ligados aos hospitais centrais, aguardando raros concursos nacionais de distribuição.

A partir de agora, com a publicação do decreto das carreiras médicas (310/82), está criado o mecanismo legal para obrigar o médico recém-titulado a concorrer às vagas existentes no parque hospitalar nacional, dentro de um prazo de três meses.

Só nos hospitais civis de Lisboa há cerca ou mais de duas centenas de médicos que acabaram a sua fase de formação, alguns dos quais aguardando há anos ingresso definitivo nos quadros.

Portanto, com a publicação da carreira e o próximo anúncio das vagas hospitalares do País, se-

guir-se-á a execução desses concursos, que nos vão permitir, até ao fim do ano,

política sanitária do nosso país. Podemos dizer que o decreto fecha um ciclo que

principalmente com a oposição da Ordem dos Médicos, mas, finalmente, todas as

A saúde pública, em Portugal, tem que se gerir com seis mil escudos/ano por cabeça, o que será menos do que o seguro mínimo obrigatório de um automóvel — um “Fiat 600”, por exemplo

colocar nos hospitais distritais cerca de, pelo menos, mais 500 médicos especializados, ficando criado o mecanismo que nos vai permitir fazer a colocação gradual e contínua dos médicos nos hospitais distritais.

Hospitais como os de Faro, Portalegre e Castelo Branco, casos mais conhecidos, terão, em breve, os seus problemas resolvidos, neste capítulo.

“Povo Livre” — Qual a importância real desse decreto, e, por outro lado, quais as reacções detectadas?

Paulo Mendo — Considero a publicação do decreto uma data histórica no desenvolvimento da

se iniciou em 58, com o primeiro documento das carreiras médicas, proposto pela classe.

Depois de 74, foram criados grupos de trabalho, o problema das carreiras médicas foi generalizadamente discutido, foi assunto debatido em praticamente todas as instituições de saúde. No entanto, nunca foi possível atingir-se um consenso que levasse à execução de um texto definitivo.

A elaboração do diploma das carreiras faz parte do programa deste e do anterior Governo, e, desde a minha vinda para a Secretaria de Estado, com o ministro Carlos Macedo, que as bases deste decreto-lei foram apresentadas e começaram a ser discutidas pelos órgãos representativos da classe.

Coube, no entanto, ao VIII Governo, com a minha permanência na SES, mas com o dr. Luís Barbosa como ministro, a possibilidade de finalizar os trabalhos iniciados anteriormente e proceder à sua aprovação, promulgação e publicação.

Foi todo um trabalho que conheci algumas fases

situações foram superadas e o decreto-lei foi publicado em 3 de Agosto, transformando-se, como é óbvio, como normativo que todos têm de respeitar e cumprir.

Trata-se, portanto, de uma peça fundamental na estruturação racional do trabalho médico, consagrando, no mesmo plano de dignidade, as três grandes áreas de actuação médica (clínica geral, hospitalar e saúde pública), definindo direitos e deveres, formas de acesso e regimes de trabalho.

A classe, tanto quanto me é possível determinar pelos contactos que tenho, que são múltiplos, recebeu bastante bem este diploma, estando agora esta Secretaria de Estado a incrementar toda a legislação subsidiária, para que, rapidamente, se possa aproveitar ao máximo as potencialidades do diploma.

“Povo Livre” — No entanto, o problema dos médicos não esgota a problemática da saúde. Quais os problemas mais importantes existentes nesta área?

Paulo Mendo — Estou



problema dos médicos, da classe, não esgota o problema da saúde, embora reconheçamos que a carreira médica diz respeito ao profissional mais importante da área da saúde.

Extremamente importantes são, também, todos os problemas dos outros profissionais. O seu enquadramento em carreiras dignas é uma das tarefas mais importantes a que esta Secretaria de Estado meteu ombros.

Estão já promulgadas a carreira dos técnicos superiores de saúde, a carreira de enfermagem, a carreira do serviço social, e, em fase final de promulgação, a carreira dos técnicos auxiliares sanitários.

Respondendo directamente à pergunta, poderei dizer que uma das áreas mais importantes na administração do sector da

saúde é o problema do pessoal, em relação ao qual os Governos da AD têm dado enorme importância, como se prova através das carreiras já publicadas.

O outro problema, eventualmente de mais difícil resolução, mas também extremamente importante, é o problema do financiamento da saúde. Os custos da saúde constituem, para todos os países modernos, um imenso quebra-cabeças.

Portugal, com uma economia débil, tem necessariamente que sentir este problema, com mais intensidade ainda. Temos um orçamento da saúde que representa, este ano, 54 milhões de contos, o que, se é muito em relação ao valor do OGE, é muito pouco se

(Continua na pág. 3)

Acção governativa

Ressocializar os reclusos através da formação

PÁGINA 2

Novos preços do “Povo Livre”

Há quase dois anos (desde Outubro de 1980) que os preços de venda e de assinatura de “Povo Livre” se mantêm sem qualquer alteração, situação que não é possível prolongar devido a diversos aumentos de custos, nomeadamente do papel.

Assim, torna-se necessário proceder a uma ligeira correcção: pelo que os novos preços passarão a ser os seguintes:

Nas bancas	20\$00
Assinaturas — semestrais	600\$00
— anuais	1000\$00
— de apoio	1500\$00

Vasco Cordeiro é responsável pela “maior mentira da história da autonomia”



O presidente do governo regional, Vasco Cordeiro, é o autor e responsável pelo “maior logro e pela maior mentira da história da autonomia regional”, considerou dia 4 de Julho, em declarações à comunicação social, o presidente do PSD/Açores.

Duarte Freitas, instado a comentar acusações do presidente do governo açoriano este fim-de-semana sobre o voto favorável dado à construção das SCUT em S. Miguel, recordou que na altura “votei o modelo de financiamento e nada mais, ao contrário do que se pretendeu fazer crer”.

Para o presidente do PSD/Açores, as declarações do presidente açoriano só se podem explicar com a necessidade “de desviar as atenções para aquele que é o maior logro e a maior mentira da história da Autonomia, esse sim da sua exclusiva responsabilidade”.

“Vasco Cordeiro é o responsável por colocar no programa do governo e por se comprometer com todos os açorianos a não proceder à privatização da EDA. Seis meses depois Vasco Cordeiro está a trabalhar nas costas dos açorianos para privatizar a EDA. Esta sim é uma das maiores mentiras da autonomia”, concluiu.

PSD/Açores saúda suspensão de cortes na saúde

A Comissão Política Regional do PSD/Açores saúda a decisão do governo regional de abandonar a sua proposta de cortes no Serviço Regional de Saúde e a sua substituição por uma nova proposta, que acautela a manutenção de serviços nos Centros de Saúde regionais e de especialidades nos hospitais da Horta e de Angra do Heroísmo. Como o PSD/Açores tem referido, “com a saúde dos açorianos não se brinca”, pelo que o anúncio do Secretário Regional da saúde de que o governo decidiu alterar a sua proposta é uma boa notícia indicadora de que o governo regional ouviu os protestos generalizados dos açorianos.

Como é do conhecimento público, o governo regional e o Partido Socialista queriam cortar serviços de Saúde. A determinação dos açorianos, em primeiro lugar, e a capacidade reivindicativa dos órgãos de poder local, assim como a união dos partidos da oposição, permitiu evitar o grande ataque que os socialistas estavam a preparar contra os serviços de Saúde.

A Comissão Política Regional do PSD/Açores lamenta, igualmente, o sucedido nos últimos dias na República e apela a todas as forças políticas, em especial aquelas que subscreveram o memorando da “troika”, para que façam um esforço visível e concreto de entendimento.

O que aconteceu nestes últimos dias nos mercados internacionais demonstra a evidência que Portugal não pode viver em sobressalto permanente. O esforço muito significativo e o sofrimento que afecta milhares de portugueses merecem outro respeito, quer da parte dos partidos da coligação, quer também dos partidos da oposição.

Por fim, o PSD/Açores manifesta total apoio ao empenho de centenas e centenas de simpatizantes e militantes do PSD/Açores que, nos 19 concelhos e nas 156 freguesias da nossa Região, se encontram a formar equipas, com pessoas e projectos credíveis, para se apresentarem aos seus concidadãos nas eleições autárquicas.

O PSD/Açores está consciente da importância que estas eleições autárquicas têm, numa altura em que muitos açorianos passam por enormes dificuldades, com famílias inteiras no desemprego.

Para o PSD/Açores, é fundamental que as candidaturas autárquicas se proponham a desenvolver políticas sociais que respondam às graves necessidades das populações mais frágeis – idosos e crianças – e dos açorianos que sofrem com o desemprego registado na nossa região.

O PSD/Açores condena, por isso, a atitude de alguns candidatos que no passado recente cometerem erros na gestão dos dinheiros públicos, enquanto governantes, e que teimam em querer agora estar para além e acima da lei.





Um Estado inteligente

Jaime Quesado (*)

A Modernização Administrativa é um passo central para uma Sociedade Moderna. A reinvenção estratégica do Estado, enquanto “plataforma de centralidade” onde convergem as dinâmicas de qualificação dos diferentes actores sociais, ganhou hoje um paradigma que não se pode cingir às especificações operativas de mecanismos mais ou menos necessários de Governo Electrónico ou de ajustamentos organizacionais adequados a determinados posicionamentos conjunturais de orgânica interna. Se é importante, como Francis Fukuyama não pára de reiterar, a evidência da capacidade da sociedade civil protagonizar dinâmicas de liderança nos processos de mudança, não menos verdade é que compete ao Estado modelar a dimensão estratégica dessa mudança.

O Estado existe para servir os cidadãos e estes têm que se rever na capacidade positiva deste de legitimar uma relação de confiança essencial. Quando David Osborne nos fala da crescente oportunidade e necessidade de recolocar na agenda o “reinventing the government”, está claramente a colocar a tónica num dos elementos centrais da modernidade competitiva das nações. Importa mais do que nunca reposicionar o Estado como “pivotal” central da organização, monitorização e funcionamento adequado da nossa Sociedade e fazer com que os cidadãos se sintam perfeitamente legitimados numa relação de confiança validada por um Novo Contrato Social.

Há que fazer por isso opções. Opções claras em termos operacionais no sentido de agilizar a máquina processual e através dos mecanismos da eficiência e produtividade garantir estabilidade e confiança em todos os que sustentam o tecido social. Opções claras em torno dum modelo objectivo de compromisso entre governação qualificada central, geradora de dimensão estabilizadora e indução de riqueza territorial através da participação inovadora dos actores sociais. Opções assumidas na capacidade de projectar no futuro uma lógica de intervenção do Estado que não se cinja ao papel clássico, déjà-vu, de correcção in extremis das deficiências endémicas do sistema mas saiba com inteligência criativa fazer emergir, com articulação e cooperação, mecanismos autosustentados de correcção dos desequilíbrios que vão surgindo.

Um Estado inteligente é um desafio à capacidade de mudança de Portugal. Porque o Estado Inteligente é um percurso possível decisivo na nossa matriz social, o sucesso com que conseguir assumir este novo desafio que tem pela frente será também em grande medida o sucesso com que o país será capaz de enfrentar os exigentes compromissos da Globalização e do Conhecimento. O Estado Inteligente tem que assumir dimensão global ao nível da geração de conhecimento, valor, mas também de imposição de padrões sociais e culturais. O Estado Inteligente tem que ser o grande Actor da Mudança que se quer para Portugal.

(*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro



A raiz do mal

João César das Neves (*)

Pelos jornais, a crise é o inferno. O debate político atingiu tal violência que se acusam políticos, banca, Alemanha ou Comissão dos propósitos mais sinistros. Todos se vêem como vítimas inocentes de monstros malvados. Nem param para pensar que interesse teriam os ministros em destruir o Estado social ou Merkel em arruinar o Sul da Europa. São simplesmente malignos.

Esta atitude é apenas um de muitos casos em que hoje se apontam pessoas como demónios. Nas discussões acerca do ambiente, feminismo, racismo e outros problemas, é normal aparecer esta insólita visão de um mal radical ameaçando inocentes.

O ser humano sempre lidou mal com o mal. O mistério da iniquidade é um grande enigma. Penas e sofrimentos são uma constante da vida, mas paradoxais e incompreensíveis. A resposta natural que a humanidade sempre deu é identificar uma força perversa original que nos influencia a todos. Diabo, Satan, Mara, Set, Angra Mainyu são nomes, entre outros, da verdadeira origem do mal de que todos os homens são vítimas.

Esta tese negativa torna-se saudável e equilibrada se junta com dois outros postulados. O primeiro é que eu, como todos, estou sujeito à tentação e por isso não sou inocente. O segundo é que o mal pode ser vencido; aqui o caso extremo é o cristianismo, em que a paixão de Jesus foi a sua derrota definitiva. A conclusão é que o verdadeiro campo de batalha entre o bem e o mal é não a política e a sociedade mas o meu coração. Pelo contrário, o esquecimento destes postulados traz o mal ao nosso nível, identificando o demónio com certa pessoa ou grupo. Isso gerou os piores erros da humanidade, da caça às bruxas à perseguição dos judeus.

Mas o Humanismo renascentista e Iluminismo setecentista recusaram a transcendência do mal como incompatível com a dignidade humana. O pecado original foi rejeitado por razões ideológicas. Assim, os últimos séculos não consideram a possibilidade de Satanás, mesmo se têm dúvidas da existência de Deus. O resultado é que o mal concreto se tornou um mistério ainda mais profundo. Como é possível o ser humano, tão digno, comportar-se de forma tão abjecta?

Para responder a isto, a cultura contemporânea criou explicações alternativas, as quais tornam o mal concreto e próximo. Assim o demónio mudou-se para o prédio ao lado ou, como Sarte explicou, “o inferno são os outros” (1944, Huis-clos). Um dos casos mais influentes foi a teoria da luta de classes. Aí o monstro é o capitalista, não por ser má pessoa, mas por simples mecânica sociológica. Outra alternativa são as teses eugénicas, identificando raças superiores e desprezíveis, atribuindo os males às segundas.

As teorias da luta de classes e do sub-humano não são criações de mentes distorcidas mas simples explicações plausíveis para crises socioeconómicas. Marx nos anos 1850 e Hitler nos 1930 viveram enormes choques produtivos, transformações da economia mundial gerando instabilidade, incerteza, dor e desigualdade. O sofrimento era evidente e era preciso encontrar causas. Capitalistas e judeus foram, em ambos os casos, convenientes personificações do demónio. Mas desta humanização do diabo resultaram os terríveis horrores do século XX, do holocausto ao Gulag, muito piores que as antigas barbáries.

O fanatismo simplista das ideologias abrandou mas, continuando sem resposta cabal para o irredutível mistério do mal, hoje repetem-se os erros. Nas questões familiares, religiosas, sociais, surgem novos demónios. Mas, de novo, o pior é o debate económico, onde a globalização e a sociedade da informação renovam os choques produtivos. Os tumultos na Suécia, Turquia, Brasil mostram animosidade crescente.

Como o Humanismo se recusa a aceitar a universalidade da tentação interior, cada um vê-se como vítima inocente e coloca a raiz do mal no inimigo que a ideologia identifica. As fúrias irracionais contra Passos Coelho, Angela Merkel ou Dilma Rousseff vêm desta recusa em sentir o mal em mim próprio, tomando o outro como demónio. Quem não acredita no diabo acaba vendo-o em todo o lado.

(*) Professor Universitário, ©DN



CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



CARTAXO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Cartaxo, para reunir no próximo dia 18 de Julho de 2013, (quinta-feira) pelas 21h30, na sede sita na Rua Serpa Pinto, Lote 3 - 1º Dtº, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Eleições Autárquicas 2013 - Parecer da Assembleia de Secção de acordo com a alínea f, do nº 2 do artº 50º dos Estatutos Nacionais do PSD
- 3 - Análise da situação política

MAFRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Mafra, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 26 de Julho de 2013, (sexta-feira) pelas 21h00, na Rua do Arvoredo, Bloco B - Ericeira, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- Ponto único - Parecer sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais

MOITA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Moita para reunir no próximo dia 18 de Julho de 2013, (quinta-feira) pelas 21h00, na sede sita na Rua 5 de Outubro, 19 - A, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política

VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Viana do Castelo, para reunir no próximo dia 26 de Julho de 2013, (sexta-feira) pelas 21h00, no Auditório do Hotel Viana Sol, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação política nacional e local

UISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Viseu, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 10 de Julho de 2013, (quarta-feira) pelas 21h00, no Hotel Montebelo, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Apresentação do Programa de Candidatura do PSD às Eleições Autárquicas de 2013 - Viseu Primeiro
- 3 - Outros assuntos

AUTÁRQUICAS

2013

Conheça a nova plataforma do PSD para as Autárquicas 2013

www.autarquicaspsd.pt